

brasileiro tomou o primeiro empréstimo americano, no montante de 50.000.000 de dólares, prazo de 20 anos, juros de 8%, na verdade cerca de 9%, consideradas outras parcelas; em 1922, voltava a contrair empréstimo, agora no montante de 25.000.000 de dólares, a 7%, prazo de 30 anos, complementado por empréstimo em libras, no montante de 9.000.00, pelo mesmo prazo e juros de 7,5%, além de 14.850.000 de francos, a 5%, prazo de 90 anos. Em 1926, tomávamos mais 60.000.000 de dólares, nos Estados Unidos. Em 1927, mais 41.500.000 de dólares e 8.750.00 de libras. Para desembocar, depois da crise, no *funding* de 1931. A dívida pública, se fixado o índice 100 para o ano de 1824, assinalava, em 1933, o índice de 6.876. O valor da tonelada exportada, se fixado o índice 100 para o ano de 1824, baixara ao índice 47, em 1928, descambando para o índice 23, em 1942. Se considerarmos o índice 100 para o ano de 1850, quanto às remessas para o exterior, em milhares de libras esterlinas, o índice atinge 2.037, em 1930, e o valor absoluto passa de 525 a 10.692. O balanço da situação econômica e financeira, em 1931, constatava que a dívida externa, convertidas as várias moedas a dinheiro inglês, pela paridade da época, somava £ 237.262.533, exigindo o seu serviço anual mais de £ 20.000.000; a dívida interna consolidada, da União e dos Estados, atingia a quase 3,5 milhões de contos de réis, e a flutuante a quase 2 milhões.<sup>70</sup>

O que caracteriza a forma como o Brasil emergiu da crise está, fundamentalmente, na utilização ampla de seus próprios recursos, alteração que denuncia não só a dimensão desses recursos como a sua anterior subutilização. É uma fase em que

<sup>70</sup> A situação de caos, quanto ao endividamento externo, pode ser aferida pelo conhecimento de alguns trechos do relatório da comissão encarregada de proceder ao levantamento, para fins do esquema de pagamento: "Não se achavam arquivados, na repartição encarregada, os contratos dos empréstimos federais. Das operações feitas e ainda em circulação, estavam colecionados apenas 8 contratos! Os valores reais das remessas eram também ignorados. O Tesouro fazia, habitualmente, as transferências pelas notas fornecidas pelos próprios agentes dos banqueiros interessados. Não havia contabilidade regular da dívida externa federal. A situação, na parte relativa aos Estados e Municípios, era semelhante ou mesmo pior". A exposição de motivos apresentada, em fevereiro de 1934, pelo Ministério da Fazenda, dizia: "Não nos era possível continuar a usar desse expediente, crescendo as nossas dívidas com a emissão de novos títulos, *vencendo juros para pagar juros vencidos*. Não era também possível fazer qualquer acordo, *além das nossas possibilidades reais*. (...) O Brasil *nunca* pagou seus empréstimos com seus *próprios* recursos. Fez sempre *novos* empréstimos para manter os *antigos*. Os saldos de sua balança de comércio *não* lhe permitiram *nunca* cobrir a balança de contas. (...) Em contos de réis, o Brasil recebeu 10 milhões m/m, pagou 8 milhões e meio, e *ainda* deve de capital quase 10 milhões, *sem* contar o serviço de juros. Uma revista estrangeira, fazendo o balanço das nossas dívidas, fornece dados similares. Tomamos de empréstimo £ 431.418.254, pagamos £ 179.951.871 e devemos, ainda, £ 251.466.383, capital em *circulação*. A realidade é que, pagando dívidas com novas dívidas, a nossa política o que fez foi *aumentar* essas dívidas, ao invés de *diminuí-las*". (Valentim F. Bouças: *op. cit.*, p. 302/305). As relações entre o latifúndio e o Imperialismo estavam retratadas nesse descalabro.